

MENSAGEM N.º 84 /2020

Manaus, 29 de setembro de 2020.

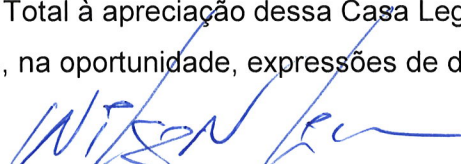
**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Comunico a essa Augusta Assembleia Legislativa que, no uso da prerrogativa a mim deferida pelo artigo 36, § 1.º da Constituição Estadual, decidi pela aposição de **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei que “**DISPÕE** sobre a criação do aplicativo, para smartphones e tablets, GUIA TURÍSTICO VIRTUAL - CONHEÇA O AMAZONAS.”

A Proposição, apesar da louvável intenção do legislador ao propô-la, ao dispor sobre a instituição de aplicativo, para *smartphones* e *tablets*, acarreta inegável despesa para o Estado do Amazonas, diante da necessária movimentação da máquina pública e da aquisição de materiais necessários à concretização da letra da lei, sem a indicação da correlata fonte de custeio, a suportar tais gastos, violando o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição da República, que veda, expressamente, a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, conforme demonstram as razões de ordem jurídica, que justificam a aposição do veto total apostado, contidas no Parecer Gabinete n.º 69/2020, do Procurador-Geral do Estado, documento que constitui parte integrante desta Mensagem e relevante subsídio à deliberação dos Senhores Deputados.

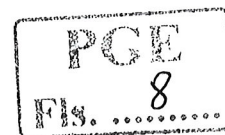
Assim, pelos motivos expostos, nos termos constitucionais, submeto os motivos de Veto Total à apreciação dessa Casa Legislativa, reiterando aos ilustres Senhores Deputados, na oportunidade, expressões de distinguido apreço.



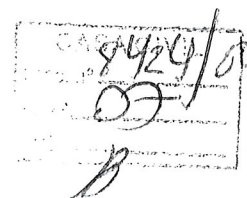
**WILSON MIRANDA LIMA**  
Governador do Estado

---

Excelentíssimo Senhor  
Digníssimo Deputado **JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas



**Estado do Amazonas**  
**Procuradoria Geral do Estado**



**PROCESSO N. 2020.02.1456**

**INTERESSADA:** Casa Civil

**ASSUNTO:** Analise Projeto de lei.

**PARECER GABINETE 069/2020**

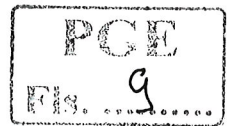
**DIREITO CONSTITUCIONAL. PROJETO DE LEI. CRIAÇÃO DE APLICATIVO PARA SMARTPHONES E TABLETS. OBRIGAÇÃO CRIADA SEM A INDICAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO. INCONSTITUCIONALIDADE.**

- A criação de um aplicativo para *smartphones* e *tablets* envolve a necessária realização de gastos, interferindo na organização administrativa e não indicando sua fonte de custeio torna o projeto de lei inconstitucional.
- Veto jurídico que se impõe.

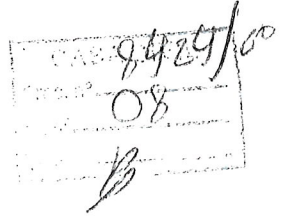
**Senhor Governador,**

Encaminhou-se a esta Procuradoria o Processo n. 006.00010803.2020-CASA CIVIL requerendo manifestação acerca do Projeto de Lei que "*DISPÕE sobre a criação do aplicativo, para smartphones e tablets, GUIA TURISTICO VIRTUAL – CONHEÇA O AMAZONAS*", com o objetivo de subsidiar a sanção ou o veto pelo Chefe do Poder Executivo.

É o sucinto relatório. Passo a opinar.



**Estado do Amazonas**  
**Procuradoria Geral do Estado**



Apesar de reconhecer a louvável iniciativa parlamentar, observa-se que a referida lei estabelece uma nova obrigação e despesa para a administração pública.

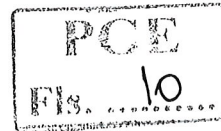
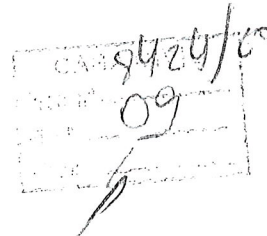
Diz-se isto porque o desenvolvimento e colocação em funcionamento do referido instrumento digital acarreta inegável despesas para o Estado do Amazonas diante da necessária movimentação da máquina pública e da aquisição dos materiais necessários a concretização da letra da lei. Ocorre que não há indicação da correlata fonte de custeio a suportar tais gastos, violando o contido no art. 167, I, da CF/88:

Art. 167. São vedados:

II — a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

A propósito, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu pela inconstitucionalidade de Lei no que disciplinava matéria própria de gestão pública, bem como acarretam criação de despesas sem indicar a respectiva fonte de custeio, em situação muito semelhante à presente. Veja-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI  
Nº 6.151 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, DO  
MUNICÍPIO DE OURINHOS, QUE INSTITUI A  
'SEMANA DE CONCIÊNCIAÇÃO, PREVENÇÃO E  
COMBATE À VERMINOSE - INICIATIVA ORIUNDA  
DO PODER LEGISLATIVO LOCAL - INVIABILIDADE  
- INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL  
CARACTERIZADA - LEI QUE DISCIPLINA MATÉRIA  
PRÓPRIA DE GESTÃO PÚBLICA, EM ATO DE



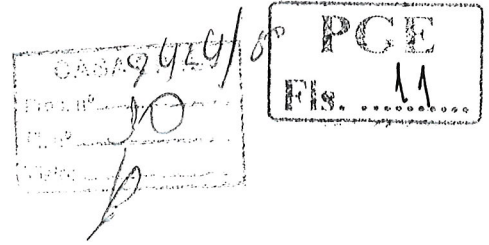
***Estado do Amazonas***  
***Procuradoria Geral do Estado***

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CUJA INICIATIVA CABE EXCLUSIVAMENTE AO CHEFE DO EXECUTIVO - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - ATO LEGISLATIVO IMPUGNADO, ADEMAIS, QUE ACARRETA CRIAÇÃO DE DESPESA SEM INDICAR RESPECTIVA FONTE DE CUSTEIO - OFENSA AOS ARTIGOS 5º, 24, §2º, ITEM 2, 25, 47, INCISOS II, XIV, XIX, ALÍNEA 'A', 144 E 176, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO BANDEIRANTE - PRECEDENTES - PRETENSÃO PROCEDENTE (TJ-SP - ADI: 20098026620158260000 SP 2009802-66.2015.8.26.0000, Relator: Francisco Casconi, Data de Julgamento: 13/05/2015, Órgão Especial, Data de Publicação: 18/05/2015).

A existência de novas despesas exige a consignação de dotação orçamentária suficiente para execução da Lei, sob pena de violação ao art. 167, da CF/88:

INÉPCIA DA INICIAL. Inocorrência. Regularmente representada a autora na ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal. Do apontado vício não padece a vestibular. Preliminar afastada. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 6.164, de 17.10.14 de Ourinhos. Instituição da "Semana Municipal de Valorização do Educador". Inadmissibilidade. Vício de iniciativa. Cabe, privativamente, ao Executivo a iniciativa legislativa de projetos que interfiram na gestão administrativa. Precedentes. Desrespeito ao princípio constitucional





***Estado do Amazonas***  
***Procuradoria Geral do Estado***

da 'reserva de administração'. Precedentes do STF. Falta de indicação de fonte de custeio. Descabida referência genérica. Afronta a preceitos constitucionais (arts. 5º; 25; 47, incisos II, XI, XIV e XIX e 144 da Constituição Estadual). Ação procedente. (TJ-SP - ADI: 20035565420158260000 SP 2003556-54.2015.8.26.0000, Relator: Evaristo dos Santos, Data de Julgamento: 08/04/2015, Órgão Especial, Data de Publicação: 09/04/2015).

Portanto, como no presente caso não há indicação dos recursos necessários para a concretização da criação do aplicativo, opina-se pelo veto ao projeto.

É o parecer

**GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus (AM), 24 de setembro de 2020.

**JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO**  
Procurador-Geral do Estado

HENRIQUE DE FREITAS PINHO:19321449272.

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por JOH

LEI N.º , DE DE DE 2020

**DISPÕE** sobre a criação do aplicativo, para *smartphones* e *tablets*, GUIA TURÍSTICO VIRTUAL - CONHEÇA O AMAZONAS.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**

**FAÇO SABER** a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica instituído, no âmbito do Estado do Amazonas, o aplicativo GUIA TURÍSTICO - CONHEÇA O AMAZONAS.

**Art. 2.º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

**I** - smartphones, os aparelhos celulares compatíveis com as seguintes plataformas:

- a)** Android;
- b)** Iphone IOS; e
- c)** Windows Phone;

**II** – tecnologia envolvendo a forma de uso do aplicativo: aquela que tem como objetivo a tradução de cardápios, tarifas de corridas de táxis, pesquisa de ofertas aéreas, hospedagem, restaurantes e pontos turísticos de vários lugares como cachoeiras, museus naturais, passeios de barco, teatro, encontro das águas, Bosque da Ciência, além dos serviços de urgência e emergência, por meio da qual o turista será informado do local mais próximo para ser atendido no Estado do Amazonas;

**III** – informação: acessibilidade dos atrativos, empreendimentos e serviços turísticos do Estado do Amazonas;

**IV** – Rede Digital ou Plataforma Tecnológica - APP: qualquer plataforma tecnológica que, pode ou não, estar consubstanciada em aplicativo *online*, *software*, *website* ou outro sistema que facilita/possibilita, organiza e operacionaliza o contato entre o turista usuário do serviço, os órgãos estaduais e as empresas.

**Art. 3.º** No teor do aplicativo, constarão as seguintes informações:

- I** – pontos turísticos (cachoeiras, parques, museus e etc);
- II** – hotéis;
- III** – restaurantes;
- IV** – serviços de urgência e emergências;
- V** – delegacias (delegacia do turista).

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO  
AMAZONAS**, em Manaus, de de 2020.